

PREÂMBULO

O Rio Grande do Norte está entre os Estados brasileiros em que mais cresce o turismo. Esse crescimento representa desenvolvimento para a economia do Estado, gerando emprego e renda para a população. Entretanto, as organizações governamentais e não governamentais têm se preocupado quanto à proteção de crianças e adolescentes explorados sexualmente em decorrência da irresponsabilidade social de alguns setores da indústria do turismo. Tal preocupação está hoje na pauta de todos os debates nacionais e internacionais atinentes à área do turismo e, como consequência, as Nações Unidas têm estimulado e propiciado a elaboração de Convenções, Pactos e Acordos Internacionais, tais como o Código de Conduta Mundial de Ética no Turismo; a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas; a Declaração e o Plano de Ação do Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo; a Convenção 182/99, da Organização Internacional do Trabalho OIT, que dispõe sobre as piores formas de trabalho infantil e sua enérgica condenação e, no caso brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

O presente Código de Conduta do Turismo contra Exploração Sexual Infanto-Juvenil foi discutido e elaborado de forma participativa por 160 (cento e sessenta) pessoas representativas dos diversos segmentos governamentais e não governamentais da sociedade norte-riograndense, reunidas em Seminário realizado entre os dias 29 e 30 de agosto de 2001, em Natal/RN, que, tomando por base as orientações resultantes de todas essas recomendações legais, deliberaram o seguinte:

CAPÍTULO I

Dos objetivos e da adesão

Artigo 1º - O presente código é uma declaração formal, de livre adesão, destinada a orientar e regular a conduta ética de empresas, pessoas e serviços direta ou indiretamente vinculados à indústria do turismo, contra a exploração sexual infanto-juvenil.

Artigo 2º - Todos os princípios de proteção à criança e ao adolescente transcritos neste código estão em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais Convenções, Pactos e Tratados Internacionais firmados e ratificados pelo Brasil, que proíbem a exploração sexual de Crianças e Adolescentes.

Artigo 3º - O poder de coerção deste código é moral, obrigando por consequência somente empresas, pessoas e serviços que com este documento concordarem e a ele aderirem.

Artigo 4º - A adesão ao código de conduta será feita junto ao Comitê Permanente de Monitoramento.

CAPÍTULO II

Do Comitê Permanente de Monitoramento

Artigo 5º - Fica criado, para fins do disposto no artigo 4º, um Comitê Permanente de Monitoramento, composto por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) titulares e 6 (seis) suplentes, assim definidos:

a) São membros titulares o Ministério Público Estadual, a Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias da Secretaria de Estado do Trabalho, da Justiça e da Cidadania CODEM/SEJUC/RN, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CONSECRN, a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Natal-RN SEMTAS, a Casa Renascer e a Universidade Potiguar UNP;

b) São membros suplentes a Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte SETUR/RN, a Secretaria Especial do Comércio, Indústria e Turismo de Natal-RN, a ONG Canto Jovem, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua MNMMR, a ONG Terra e Mar e a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente-FUNDAC/RN.

Parágrafo Primeiro. A composição do Comitê pode ser alterada por decisão dos seus membros e na forma prevista no Regimento.

Parágrafo Segundo. Os suplentes podem participar das reuniões, exercendo o direito de voto somente na ausência de titular, por convocação feita pela Presidência, após ouvir os membros titulares presentes à reunião.

Artigo 6º - O Comitê de que trata o artigo anterior será guardião do livro original deste código e das respectivas assinaturas de adesão ali assentadas, assim como do cadastro das empresas, pessoas e serviços que subscreverem os termos aqui pactuados.

Artigo 7º - Cabe ao Comitê o monitoramento do correto cumprimento dos termos pactuados neste código, por parte das empresas, pessoas e serviços que a este aderirem.

Parágrafo único. O Comitê deverá promover campanhas de divulgação e valorização do código e das empresas a ele eticamente vinculadas.

Artigo 8º - O Comitê somente pode admitir adesão ao presente código de empresas, pessoas e serviços que manifestem publicamente o desejo de respeitar as normas da cidadania e, principalmente, mostraram-se contrários a qualquer exploração sexual de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO III

Da conduta ética contra exploração sexual

Artigo 9º - Com a aceitação do presente código de conduta, as empresas, pessoas e serviços vinculados à indústria do turismo comprometem-se a:

Desenvolver políticas empresariais éticas e consistentes contra qualquer forma de exploração sexual infanto-juvenil, comprometendo-se a

consolidá-las na imagem e na filosofia da empresa e/ou instituição;

Informar, sensibilizar e orientar os diversos segmentos da atividade turística, situados na origem e/ou nas cidades e regiões de destino turístico, sobre os termos pactuados neste código e na legislação pátria correlata, bem como agir permanentemente contra todo ato que caracterize exploração sexual de criança e adolescente, denunciando os fatos e atos suspeitos, assim como possíveis envolvidos, a seus superiores hierárquicos e às autoridades públicas;

Estabelecer cláusulas nos contratos existentes nos diversos segmentos de hotéis, hospedarias, agências e demais prestadores de serviços da indústria do turismo ou de alguma forma a ela vinculada, declarando explicitamente a rejeição a qualquer forma de exploração sexual infanto-juvenil;

Repudiar qualquer publicidade que estimule a exploração sexual comercial de criança e adolescente.

CAPÍTULO IV

Da prática permanente e essencial contra a exploração sexual

Artigo 10 - Todo aquele que aderir a este código de conduta fica obrigado a capacitar empregados e/ou associados através de treinamentos, cursos e palestras sobre tudo que seja relevante para o código de conduta.

Artigo 11 - Os responsáveis por hospedarias devem agir com especial zelo nas suas relações comerciais com os diversos segmentos da atividade turística para que, consciente ou inconscientemente, não favoreçam pessoas ou empresas envolvidas com aliciamento e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Artigo 12 - Na elaboração de contratos, será estipulado que o estabelecimento tornará público, da forma que lhe for mais conveniente, que se empenha ativamente na proteção das crianças e que a exploração sexual infanto-juvenil é crime, razão pela qual contato sexual com crianças e adolescentes em suas instalações não é tolerado.

Artigo 13 - Todas as pessoas físicas e jurídicas que aderirem a este código estarão sempre disponíveis à sua divulgação e de seus ideais de

repulsa à exploração sexual infanto-juvenil junto a sua clientela, por meio de cartazes, pôsteres, catálogos, folhetos, passagens, páginas na internet e outras formas de divulgação.

Artigo 14 - O modelo de anúncios e demais formas de divulgação fica a critério da empresa que aderir, sendo imprescindível, entretanto, o cumprimento dos princípios aqui proclamados e que conste, nas peças publicitárias, a logomarca do código.

CAPÍTULO V

Das disposições finais e transitórias

Artigo 15 - Toda empresa, serviço ou pessoa que aderir ao presente código deve estar aberta e disposta a colaborar no desenvolvimento e aplicação de um processo de avaliação e monitoramento dos objetivos deste instrumento, propiciando a sua permanente atualização e aplicabilidade, sempre que provocada para este fim.

Artigo 16 - O Comitê instalado até 30 dias a contar da data da aprovação do presente código, tendo um prazo de até 60 dias para elaborar e aprovar o Regimento Interno que regulamentará seu funcionamento e organização.

Artigo 17 - O Comitê de Monitoramento fica autorizado a elaborar seu regimento e proceder sobre omissão e alteração do presente, na forma que ali regular.

Artigo 18 - Fica a comissão de elaboração da minuta e redação final deste Código responsável por dar os devidos encaminhamentos necessários até a instalação do comitê permanente de monitoramento.

Artigo 19 - Este Código entra em vigor a partir da sua aprovação e respectivo registro em Cartório desta Comarca de Natal.

Natal/RN, 30 de agosto de 2001.



PREAMBLE

Rio Grande do Norte is among the States where tourism grows the most in Brazil. This growth represents a development in the State's economy, generating jobs and income for the population. However, governmental and non-governmental organizations worry about protecting children and adolescents who are sexually exploited by certain sectors of the tourism industry. This concern is currently the focus of all national and international debates pertaining to the tourism sector. In fact, the United Nations has been arranging for and promoting the elaboration of conventions, pacts, and international agreements, such as the Global Code of Ethics for Tourism; The United Nation's Convention on the Rights of the Child; the statement and agenda for action of the World Congress Against the Commercial Sexual Exploitation of Children, held taken in Stockholm; Convention 182/99 on the Prohibition and Elimination of the Worst Forms of Child Labor and the severe punishments imposed by the International Labor Organization ILO; and, in Brazil, the Statute of the Child and Adolescent and the National Plan for Fighting Sexual Violence against Children and Adolescents.

This code was thoroughly discussed and conceived of in a collaborative manner by over 160 representatives from several governmental and non-governmental segments of society in the State Rio Grande do Norte, who gathered at a seminar held on August 29-30/2001 in Natal, RN. The code follows the propositions suggested by the abovementioned recommendations, as follows:

CHAPTER I

Purposes and adoption

Article 1. The present code is a formal declaration, of willful agreement, - destined to orient and regulate the ethical conduct of a person and/or entity directly or indirectly involved with the tourism industry- against sexual exploitation of children.

Article 2. All principles for the protection of the child and adolescent contained in this code are in accordance with the Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent and other international treaties, pacts and conventions signed and ratified by Brazil to prohibit the sexual exploitation of children and adolescents.

Article 3. The coercive power of this code is moral, requiring as consequence that only those entities, businesses, and persons subscribe it that thoroughly agree with and adhere to it.

Article 4. The adherence to this code of conduct should be effected before the Permanent Monitoring Committee.

CHAPTER II

The permanent monitoring committee

Article 5. A Permanent Monitoring Committee shall be established, by virtue of dispositions in foregoing Article 4, that will be comprised of twelve (12) members, six (6) of whom are permanent and six (6) of whom are substitutes, as per the definition hereunder:

a) The following are Permanent Members: The State Attorney General's Office, the Coordination in Defense of Human Rights and Minorities from the State Secretariats of Labor, Justice, and Citizenship CODEM/SEJUR/RN, the Children's Rights Council in the State CONSEC/RN, the Municipal Secretariat of Labor and Social Security SEMTAS, the Casa Renascer, and the Potiguar University - UNP.

b) The following are Substitute Members: The Rio Grande do Norte State

Secretariat of Tourism SETUR/RN, the Special Secretariat of Trade, Industry and Tourism in Natal, RN, the Canto Jovem Institute, the National Movement of Street Boys and Girls MNMMR, the Terra Mar, and the State Foundation for the Child and Adolescent.

Paragraph 1: The Committee's composition can be altered by decision of its members and in the form specified in its by-laws.

Paragraph 2: Substitute Members can participate in the meetings as summoned by the Board, but will only be entitled to vote in the absence of one permanent member, and after consultation with the other permanent members present at the meeting.

Article 6. The Committee provided for in Article 5 shall be the guardian of the original book of this code and the respective signatures there to, as well as of the record of companies, entities, and persons that subscribe to the terms hereby agreed.

Article 7. It is the responsibility of the Committee to monitor the correct implementation of the law according to the terms agreed upon in conformity with this code by the signatory persons and entities.

Sole Paragraph. The Committee shall promote campaigns and appraise the code, as well as the entities ethically committed to it.

Article 8. The Committee can only accept the adherence from persons and/or entities that publicly manifest the will to respect the rights of all citizens and, principally, that state their clear stance against any type of sexual exploitation of children and adolescents.

CHAPTER III

Ethical conduct against sexual exploitation

Article 9. By signing this code of conduct, the person and/or entity involved with the Tourism Industry commits to:

Developing ethical and consistent business policies against any kind of sexual exploitation of children, and, further, to incorporating those policies to its corporate or institutional image.

Informing, educating, and instructing the many tourism-related segments, at the places of origin and/or in tourism-endowed cities and regions, about the terms agreed by the present code and in other correlated legislation in Brazil, as well as to acting permanently against every act that might configure sexual exploitation of the child and adolescent, reporting to the competent authorities on all suspicious facts and activities, whenever possible indicating also the suspects.

Including in the contracts, in force with providers of accommodation, lodging, travel, and other services related to the tourism industry, as well as with any entity related to tourism in any respect, clauses that explicitly state the repudiation to any form of sexual exploitation of children.

Repudiating any type of sex-oriented publicity in tourism.

CHAPTER IV

Essential and permanent practices against sexual exploitation

Article 10. Every individual or entity understanding this code of conduct shall by way of training sessions, courses, or lectures educate him/itself and his/its employees and/or associates on all that is relevant to the code and its scope.

Article 11. Lodging and accommodation establishments must be particularly attentive to their commercial dealings with several segments of the tourist industry in order not to consciously or unconsciously, favor any person or entity involved with child sexual harassment.

Article 12. Contracts must include a clause according to which the lodging and accommodation establishments must make public, by any means convenient to them, their active engagement in the campaign to protect children, and that the sexual exploitation of children is a crime and that no sexual contact with minors will be tolerated in their facilities.

Article 13. All natural and corporate persons adhering to this code shall be continuously willing to disclose and demonstrate before their clients their ideals of fierce rejection of sexual exploitation of children and juveniles, such disclosure being effected by way of posters, folders, catalogs, leaflets, tickets, web sites, or any other means of information.

Article 14. The adherents shall be free to adopt the publicity layout and style of their choice, at their sole discretion, provided all principles referred to herein are contained in the advertising pieces, along with the code's logo.

CHAPTER V

Final provisions

Article 15. All signatory members of the present code must be open and willing to collaborate in the development and application of a monitoring and assessment process of the purpose of this instrument, ensuring its permanent updating and applicability, whenever prompted to action.

Article 16. The committee will be set up within a period of 30 (thirty) days counting from the approval of this code, and will have another 60 (sixty) days to draft and seek approval for its By-laws which shall deal with its duties and organization.

Article 17. The Permanent Monitoring Committee is authorized to elaborate its own by-laws and to effect additions or omissions to it, in a manner compliant with said by-laws.

Article 18. This code enters into effect on the date of its approval and registration at the judicial district of Natal, RN.

TRANSITORY DISPOSITIONS

Article 19. The committee charged with the elaboration of the draft copy and final text of this has the responsibility to entitle conduct the necessary implementations until the setting up of the Permanent Monitoring Committee.

Natal, RN, August 30, 2001.

PREÁMBULO

Entre los Estados en donde el turismo más crece en Brasil, está Rio Grande do Norte. Este crecimiento representa un desarrollo para la economía del estado, produciendo trabajo y renta para la población. No obstante las organizaciones gubernamentales y no gubernamental se han preocupado en la direccionar de la protección de niños y adolescentes explotados sexualmente por sectores de la industria del turismo esta preocupación está hoy consta en la pauta de todas las discusiones nacionales e internacionales atinentes del turismo y como consecuencia las Naciones Unidas ha estimulado y promovido la elaboración de reuniones, pactos y acuerdos internacionales como el código Mundial de Ética en el Turismo; la reunión sobre los derechos del niño adoptada por la Asamblea General de las Naciones Unidas.

La Declaración y el plan de acción del Congreso Mundial contra la explotación sexual comercial de niños y adolescentes celebrado en Estocolmo; la convención 182 / 99 de la Organización Internacional del Trabajo -OIT que trata de las peores formas de trabajo infantil y su enérgica condenación y, en el caso brasileño el Estatuto del niño y del adolescente y el plan nacional de enfrentamiento de la violencia sexual de la infancia y juventud.

Este Código fue discutido y elaborado de forma participativa por 160 (ciento sesenta) personas representativas de los diversos segmentos gubernamentales y no gubernamentales de la sociedad norterio-grandense, reunidas en asamblea celebrada entre los días 29 y 30 de agosto de 2001 en Natal-RN, teniendo como base las orientaciones resultantes de todas estas recomendaciones certificadas, deliberaron lo siguiente:

CAPÍTULO I

De los objetivos y de la adhesión

Art. 1.- El presente código trata de una declaración formal, de libre adhesión, destinada a orientar y regular la conducta ética de empresas, personas y servicios directa e indirectamente vinculados a la industria del turismo, contra la explotación sexual infanto juvenil.

Art. 2.- todos los principios de protección a la infancia y juventud transcritos en este código están en consonancia con la Constitución Federal, el Estatuto del niño y del adolescente y otras convenciones, pactos y tratados internacionales firmados y ratificados por Brasil, que prohíben la explotación sexual de niños y adolescentes.

Art. 3.-el poder de coerción de este código es moral, obligando por consecuencia solamente empresas, personas y servicios que concordaren y subscribieren la íntegra de su texto en libro propio.

Art. 4.-La adhesión al código de conducta será hecha junto al Comité Permanente de Monitorización.

CAPÍTULO II

Del Comité permanente de monitorización

Art. 5.-Está creado para fines de lo dispuesto en el artículo cuatro, un Comité Permanente de Monitorización, compuesto por 12 (doce) miembros, siendo 6 (seis) titulares y 6 (seis) suplentes, así definidos.

a) Son miembros titulares el Ministerio Público Estatal, Coordinadora de los Derechos Humanos y Defensa de las minorías de la Secretaría de Estado del Trabajo, de la Justicia y de la Ciudadanía CODEM / SEJUC / RN, Consejo Estatal de los Derechos del niño y del adolescente CONSEC / RN, Secretaría Municipal del Trabajo y Asistencia Social del Ayuntamiento de Natal-RN- SENTAS, Casa Renacer y Universidad Potiguar-UNP;

b) Son miembros suplentes la Secretaría Estatal de Turismo de Rio Grande do Norte-SETUR/RN, Secretaría Especial de Comercio, Industria y Turismo

de Natal-RN, *Canto Jovem*, Movimento Nacional de Niños y Niñas de la Calle- MNMMR, *Terra Mary* Fundación Estatal del Niño y del Adolescente FUNDAC.

Párrafo Primero: la composición del Comité se puede alterar por decisión de sus miembros y en la forma prevista en el reglamento.

Párrafo Segundo: los suplentes pueden participar de las reuniones, ejerciendo el derecho de voto solamente en ausencia del titular, por convocación hecha por la Presidencia, después de oír a los miembros titulares presentes en la reunión.

Art. 6.-El comité del cual trata el artículo anterior será custodio del libro original de este código y de las respectivas firmas de adhesión allí establecidas, así como del registro de las empresas, personas y servicios que subscribieren los términos aquí pactados.

Art. 7.- Es deber del Comité la monitorización del debido cumplimiento de los términos pactados en este código por parte de las empresas, personas y servicios que a este adhirieren.

Párrafo único: El comité deberá promover campañas de divulgación y valorización del código y de las empresas a él étnicamente vinculadas.

Art. 8.- El comité puede admitir que solamente subscriban el presente código, empresas personas y servicios que manifiesten públicamente el deseo de respetar las normas de ciudadanía y, principalmente, por mostrarse contraria a cualquier explotación sexual de niños y adolescentes.

CAPÍTULO III

De la conducta ética contra la explotación sexual

Art. 9.- Con la aceptación del presente código de conducta, las empresas, personas y servicios vinculados a la industria del turismo se comprometen a:

Desarrollar políticas empresariales éticas y consistentes contra cualquier forma de explotación sexual infanto juvenil, comprometiéndose a

consolidarla en la imagen y filosofía de la empresa y/o institución;

Informar, sensibilizar y orientar los varios segmentos de la actividad turística, ubicados en el origen y/o en las ciudades y regiones de destino turístico, sobre los términos pactados en este código y lo correlata en la legislación patria, así mismo en el sentido de actuar permanentemente contra todo acto que caracterice explotación sexual de niños y de adolescentes denunciando los hechos y actos sospechosos, así como posibles involucrados a sus superiores y a las autoridades públicas;

Establecer cláusulas en los contratos existentes en los diversos segmentos de hoteles, hostales agencias y otros prestadores de servicios de la industria del turismo o de alguna manera a ella vinculadas, declarando explícitamente el rechazo a cualquiera de las formas de explotación sexual de niños y jóvenes,

Repudiar cualquier publicidad de carácter erótico vinculada al turismo.

CAPÍTULO IV

De la práctica permanente y esencial contra la explotación sexual

Art. 10.- Todo aquel que adherir a este código es obligado a capacitarse y capacitar funcionarios y/o asociados a través de entrenamiento, cursos y conferencias, sobre todo lo que sea de relieve al Código de conducta.

Art. 11.- Los responsables por hostales deben actuar con especial esmero en sus relaciones comerciales con los diversos segmentos de la actividad turística para que, conciente o inconsciente, no favorezcan personas o empresas involucradas con seducción y abuso sexual de niños y adolescentes.

Art. 12.- En la elaboración de contratos será estipulado que el establecimiento publicará, de la mejor forma que sea conveniente que se dedica activamente en la protección de los niños y que la explotación sexual de niños y adolescentes es crimen, así como el contacto sexual con niños y adolescente en sus dependencias no es permitido.

Art. 13.- Todas las personas físicas y jurídicas que adhirieren a este Código estarán siempre disponibles a la divulgación del mismo o de sus ideas de

rechazo a la explotación sexual de la infancia y juventud ante sus clientes, a través de carteles, folders, guías, folletos, pasajes, páginas en Internet y otras formas de publicaciones.

Art. 14.- Los modelos de los anuncios y la forma de divulgación queda a criterio de la empresa signataria de este código, mantenidas las reglas y los principios aquí proclamados, debiendo constar el logotipo del comité.

CAPÍTULO V

Disposiciones finales

Art. 15.- Todos los miembros signatarios del presente código deben estar abiertos y dispuestos a cooperar en el desarrollo y aplicación de un proceso de evaluación y monitorización de los objetivos de este instrumento, propiciando su permanente actualización y aplicabilidad en asamblea especialmente convocada para este fin.

Art. 16.- El comité será instalado hasta 30 días de la fecha de la aprobación del código, teniendo un período de hasta 60 días para su elaboración y reglamentación interna que regulará su operación y organización.

Art. 17.- El comité de Monitorización está autorizado a elaborar su reglamento y proceder sobre la omisión y el cambio del presente, en la forma que allí regular.

Art. 18.- Este código se aplicará a partir de su aprobación y registro en la oficina del notario de esta zona legal de Natal.

Art. 19º- la comisión de elaboración de la minuta final de este código será responsable para dar los debidos encaminamientos necesarios debidos, hasta a la instalación del comité permanente de monitorización.

Natal/RN, 30 de agosto de 2001.

Preambolo

Lo stato di Rio Grande do Norte si trova tra gli stati brasiliani in cui più cresce il turismo. Questa crescita rappresenta un grande sviluppo per l'economia dello stato, fornendo lavoro e reddito alla popolazione. Nonostante ciò, le organizzazioni governamentali e non governamentali sono preoccupate riguardo la protezione dei bambini e adolescenti sfruttati sessualmente a causa dell'irresponsabilità sociale di alcuni settori dell'industria di turismo.

Oggi tale preoccupazione si trova in tutti i dibattiti nazionali e internazionali riguardo all'area di turismo e ne consegue che le Nazioni Unite stanno stimolando e offrendo l'elaborazione di Convegni, Patti e Accordi Internazionali, tali, il Codice di Condotta Mondiale dell'Etica nel Turismo; la Convenzione sui Diritti dell'Infanzia, adottata dalla Assemblea Generale delle Nazioni Unite; la Dichiarazione e il Piano d'Azione del Congresso Mondiale Contro lo Sfruttamento Sessuale Commerciale dei Bambini e degli Adolescenti, realizzato a Stoccolma; la Convenzione 182/90, dell'Organizzazione Internazionale del Lavoro, sulle peggiori forme di lavoro infantile e la sua fortissima condanna, nel caso brasiliano, lo Statuto del Bambino e dell'Adolescente e il Piano Nazionale del Confronto della Violenza Sessuale Infante-Giovanile.

Il presente codice di Condotta del Turismo contro lo Sfruttamento Sessuale Infante-Giovanile è stato discusso e elaborato di maniera partecipativa da 160 (centosessanta) persone rappresentanti di diversi settori governamentali e non governamentali della società del Rio Grande do Norte, che si sono riunite nel Seminario realizzato fra i giorni 20 e 30 agosto 2001, a Natal/ RN e che, avendo come base le orientazioni risultanti da tutte queste raccomandazioni legali, hanno deliberato ciò che segue:

CAPITOLO I

Sugli obiettivi e sull'adesione

Articolo 1 Il presente codice è una dichiarazione formale, di libera adesione, diretta a orientare e regolare la condotta etica delle aziende, persone e servizi diretta o indirettamente vincolati all'industria di turismo contro lo sfruttamento sessuale infanto-giovanile.

Articolo 2 Ogni principio di protezione ai bambini e all'adolescente trascritto in questo codice si trova in accordo alla Costituzione Statale, lo Statuto del Bambino e dell'Adolescente e le altre Convenzioni, Patti e Trattati Internazionali firmati e ratificati dal Brasile, i cui proibiscono lo sfruttamento sessuale di Bambini e Adolescenti.

Articolo 3 Il potere di coercizione di questo codice è morale, e l'obbligo che ne consegue si rivolge soltanto a aziende, persone e servizi che ne siano d'accordo e con esso si siano impegnati.

Articolo 4 L'adesione al codice di condotta si farà presso il Comitato Permanente di Accompagnamento.

CAPITOLO II

Sul Comitato Permanente di Accompagnamento

Articolo 5 Si stabilisce, ai fini del disposto all'art 4, un Comitato Permanente di Accompagnamento, composto di 12 (dodici) membri, essendo 6 (sei) titolari e 6 (sei) supplenti, definiti come segue:

Sono membri titolari il Pubblico Ministero dello Stato, il Coordinamento di Diritti Umani e Difesa delle Minoranze della Segreteria dello Stato di Lavoro, della Giustizia e della Cittadinanza CODEM/SEJUC/RN, il Consiglio dello Stato dei Diritti dei Bambini e degli Adolescenti CONSECRN, la Segreteria Municipale del Lavoro e Assistenza Sociale del Comune di Natal-RN SEMITAS, la Casa *Renascere* e l'Università *Potiguar* UNP;

Sono membri supplenti la Segreteria dello Stato di Turismo del Rio Grande do Norte SETIR/RN, la Segreteria Speciale del Commercio, dell'Industria

e del Turismo di Natal-RN, la ONG *Canto Jovem*, il Movimento Nazionale di *Meninos e Meninas de Rua* MNMMR, la ONG *Terra e Mare* e la *Fundação Estadual da Criança e do Adolescente-FUNDAC/RN*.

Paragrafo primo. La composizione del Comitato potrà essere modificata a seconda della decisione dei suoi membri e nelle forme previste sul Regolamento.

Paragrafo secondo. I supplenti possono partecipare alle riunioni, e esercitare il diritto di voto soltanto in mancanza del titolare, attraverso convocazione richiesta dalla Presidenza, dopo aver ascoltato i membri titolari presenti alla riunione.

Articolo 6 Il Comitato di cui tratta l'articolo sarà il guardiano del libro originale di questo codice e delle rispettive firme di adesione in esso registrate, e anche dei moduli di informazione delle aziende, delle persone e dei servizi che firmeranno i termini qui accordati.

Articolo 7 Sarà il Comitato il responsabile dell'accompagnamento del corretto compimento dei termini accordati in questo codice, da parte delle aziende, delle persone e dei servizi che ne aderiscano.

Articolo unico. Il Comitato dovrà promuovere campagne di divulgazione di valorizzazione del codice e delle aziende a esso eticamente vincolate.

Articolo 8. Il Comitato potrà ammettere l'adesione al presente codice soltanto delle aziende, delle persone e dei servizi le cui manifestino pubblicamente il desiderio di rispettare le norme della cittadinanza e principalmente di mostrarsi contrarie a qualsiasi sfruttamento sessuale di bambini e adolescenti.

CAPITOLO III

Sulla condotta etica contro lo sfruttamento sessuale

Articolo 9 Con l'accettazione del presente codice di condotta le aziende, persone e servizi vincolati all'industria del turismo si impegnano in:

Sviluppare delle politiche aziendali etiche e consistenti contro qualsiasi

forma di sfruttamento sessuale infanto-giovanile, inoltre a consolidarle nell'immagine e nella filosofia dell'azienda o istituzione;

Informare, sensibilizzare e orientare i diversi settori dell'attività turistica, che si trovino nell'origine e/o nelle città e regioni di destinazione turistica, sui termini accordati in questo codice e sulla legislazione patria correlata, nonché agire permanentemente contro ogni che qualifichi lo sfruttamento sessuale dei bambini e degli adolescenti denunciando i fatti e gli atti sospetti e i possibili coinvolti, ai loro superiori gerarchici e alle autorità pubbliche;

Stabilire clausole nei contratti esistenti nei diversi settori di alberghi, alloggiamenti, agenzie e altri servizi dell'industria di turismo o di qualsiasi maniera a essa vincolati, dichiarando esplicitamente il rifiuto di qualunque forma di sfruttamento sessuale infanto-giovanile;

Ripudiare qualsiasi pubblicità che stimoli lo sfruttamento sessuale commerciale del bambino e dell'adolescente.

CAPITOLO IV

Sulla pratica permanente e essenziale contro lo sfruttamento sessuale

Articolo 10 Tutti quelli che aderiscano a questo codice di condotta saranno obbligati a rendere capaci i suoi impiegati e/o associati attraverso corsi, conferenze su tutto ciò che sia importante per il codice di condotta.

Articolo 11 I responsabili degli alloggiamenti devono agire con cura speciale nei suoi rapporti commerciali con i diversi settori dell'attività turistica allo scopo di cosciente o incoscientemente, non favorire persone o aziende coinvolte con l'abuso sessuali dei bambini e degli adolescenti.

Articolo 12 Nell'elaborazione dei contratti, si dovrà registrare che il negozio renderà pubblico, della maniera che gli sia più conveniente, che esso si impegna attivamente alla protezione dei bambini e che lo sfruttamento sessuale infanto-giovanile è un reato, di modo che qualsiasi contatto sessuale con bambini e adolescenti al suo interno non sarà tollerato.

Articolo 13 Tutte le persone fisiche o giuridiche d'accordo con questo codice saranno sempre disponibili alla sua divulgazione e a quella dei

suoi ideali di ripudio allo sfruttamento sessuale infanto-giovanile alla sua clientela sia per mezzo di manifesti, volantini, folders, opuscoli, etichette dei biglietti, pagine sull'internet e altre maniere di divulgazione.

Articolo 14 Il modello di annunci e di altre forme di divulgazione restano a criterio dell'azienda che aderisca, essendo imprescindibile il compimento dei principi qui proclamati e che risulti nelle pubblicità il logotipo del codice.

CAPITOLO V

Sulle disposizioni finali e transitorie

Articolo 15 Ogni azienda, servizio o persona che aderisca al presente codice dovrà essere aperta e disposta a collaborare allo sviluppo e all'applicazione di un processo di valutazione e di accompagnamento degli obiettivi di questo documento fornendo il suo permanente aggiornamento e applicabilità, sempre che convocata a questo fine.

Articolo 16 Il Comitato sarà installato entro 30 giorni dalla data dell'approvazione del presente codice, avendo un termine di 60 giorni per elaborare e approvare il Regolamento Interno che regolerà il suo funzionamento e la sua organizzazione.

Articolo 17 Il Comitato di Accompagnamento è autorizzato a elaborare il suo regolamento e procedere sull'omissione e alterazione del presente, e della maniera che lì si regolerà.

Articolo 18 Sarà la commissione dell'elaborazione della minuta e composizione finale di questo Codice il responsabile per l'avvio necessario finché non sia installato il comitato permanente di accompagnamento.

Articolo 19 Questo codice entra in vigore a partire della sua approvazione e rispettivo registro in Ufficio di questo distretto di Natal.

Natal/Rn, 30 agosto 2001.

EINLEITUNG

Rio Grande do Norte befindet sich unter jenen brasilianischen Bundesländern, in welchen der Tourismus am stärksten boomt. Dieser Anstieg stellt ein großes Wachstum für die Wirtschaft des Landes dar, indem der Bevölkerung Arbeitsstellen und Einkommen proportioniert werden. Indessen sorgen sich regierungsabhängige sowie regierungslose Einrichtungen um den Schutz der Kinder und Jugendlichen, welche in Folge sozialer Unverantwortlichkeit in einigen Bereichen der Tourismusbranche sexuell ausgebeutet werden. Eine derartige Besorgnis steht heute auf der Tagesordnung aller sich auf den touristischen Bereich beziehenden nationalen und internationalen Debatten. In Folge dessen wurde von den Vereinten Nationen die Ausarbeitung von Konventionen, Verträgen und internationalen Vereinbarungen angeregt und begünstigt. Darunter befinden sich unter anderen der weltweite Verhaltenskodex der Ethik im Tourismus; die UN-Kinderrechtskonvention, die Deklaration und der Aktionsplan vom Weltkongress gegen sexuelle, kommerzielle Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen, in Stockholm realisiert; die Konvention 182/90 der Internationalen Arbeitsorganisation (ILO), in welcher die schlimmsten Formen von Kinderarbeit und deren energische Verurteilung aufgeführt sind, sowie - im Falle Brasiliens - das Statut für Kinder und Jugendliche und der nationale Plan zur Bekämpfung der sexuellen Gewalt gegen Kindern und Jugendliche.

Der hier vorliegende Verhaltenskodex gegen sexuelle Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen im Tourismus wurde in beteiligter Form von 160 (hundertundsechzig) Vertretern verschiedener regierungsgebundener und regierungsloser Segmente der Gesellschaft des Bundeslandes Rio Grande do Norte ausdiskutiert und ausgearbeitet, welche sich zu einem Seminar versammelten, das vom 20. bis 30. August 2001 in Natal/RN durchgeführt wurde. Von selbigen Vertretern wurde unter den sich aus den rechtlichen Empfehlungen ergebenden Grundlagen folgendes beschlossen:

KAPITEL I

Zu Zielstellungen und Beitritt

Artikel eins: Der hier vorliegende Kodex stellt eine formale Deklaration mit freiem Beitritt dar, welche dazu vorgesehen ist die ethische Führung von Unternehmen, direkt bzw. indirekt mit der Tourismusbranche verbundene Personen und Leistungsträger gegen die sexuelle Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen zu orientieren und zu regeln.

Artikel zwei: Alle in diesem Kodex beschriebenen Prinzipien zum Schutze der Kinder und Jugendlichen stehen sich in Übereinstimmung mit der Bundesverfassung, dem Statut für Kinder und Jugendliche sowie den weiteren, von Brasilien firmierten und ratifizierten internationalen Konventionen, Pakten und Vereinbarungen, welche die sexuelle Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen verbieten.

Artikel drei: Die Zwangsbefugnis dieses Kodexes ist moralischen Charakters und verpflichtet daher nur jene Unternehmen, Personen und Leistungsträger, welche sich mit diesem Dokument einverstanden erklären und ihm beitreten.

Artikel vier: Der Beitritt zu diesem Verhaltenskodex erfolgt in Verbindung mit dem ständigen Überwachungsausschuss.

KAPITEL II

Zum ständigen Überwachungsausschuss

Artikel fünf: Zum Zwecke des in Artikel vier, Kapitel I aufgeführten wird ein ständiger Überwachungsausschuss gebildet, welcher sich aus 12 (zwölf) Mitgliedern zusammensetzt, von denen 6 (sechs) als Titulare und 6 (sechs) als Stellvertreter zu betrachten sind und wie folgt definiert werden:

Als Titular-Mitglieder sind folgende zu betrachten: Das Staatsanwaltschaft, die Leitung für Menschenrechte und Schutz der Minderheiten des Staatssekretariats der Arbeit, Justiz und Bürgerrechte (CODEM/SEJUC/RN), der Staatsrat für Kinder- und Jugendrecht (CONSEC/RN), der Gemeinderat für Arbeit und Sozialhilfe der Gemeindeverwaltung von Natal-RN (SEMTAS), das Haus Renascer sowie die Universität Potiguar (UNP);

Als stellvertretende Mitglieder sind folgende zu betrachten: Das

Staatssekretariat für Tourismus von Rio Grande do Norte (SETIR/RN), das außerordentliche Sekretariat für Handel, Industrie und Tourismus von Natal/RN, die regierungslose Organisation Canto Jovem, die nationalweite Straßenkinderbewegung (MNMMR), die regierungslose Organisation Terra e Mar sowie die Landesstiftung für Kinder und Jugendliche (FUNDAC/RN).

Paragraph eins: Die Zusammensetzung des Ausschusses kann durch Beschluss von deren Mitgliedern und in der im Reglement vorgesehenen Form verändert werden.

Paragraph zwei: Die Stellvertreter können an den Versammlungen teilnehmen, von ihrem Stimmrecht jedoch nur in Abwesenheit des Titulars und durch Einberufung des Vorstandes Gebrauch machen, nachdem die an der Versammlung beteiligten Titular-Mitglieder von ihm angehört wurden.

Artikel sechs: Der Ausschuss, um welchen es im vorhergehenden Kapitel geht, wird gleichzeitig der Verwahrer des Originals dieses Kodexes mit den darin enthaltenen dazugehörigen Beitrittsunterzeichnungen sowohl des Katasters der Unternehmen, Personen und Leistungsträger sein, welche die hier beschlossenen Bestimmungen unterzeichneten.

Artikel sieben: Die Überwachung der korrekten Befolgung der in diesem Kodex seitens der sich ihm angeschlossenen Unternehmen, Personen und Leistungsträger beschlossenen Bestimmungen steht dem Ausschuss zu.

Paragraph eins: Der Ausschuss hat Kampagnen zur Verbreitung sowie Aufwertung des Kodexes und der ihm ethisch verbundenen Unternehmen zu fördern.

Artikel acht: Der Ausschuss kann lediglich jenen Unternehmen, Personen und Leistungsträgern den Beitritt zum hier vorliegenden Kodex einräumen, welche öffentlich den Wunsch äußern die Normen zur Achtung der Bürgerschaft zu befolgen und sich im Besonderen jeder Art an Förderung sexueller Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen entgegenstellen.

KAPITEL III

Zum ethischen Kodex gegen sexuelle Ausbeutung

Artikel Neun: Durch Annahme des vorliegenden Verhaltenskodexes verpflichten sich der Tourismusbranche zugewandte Unternehmen, Personen und Leistungsträger zu dem im folgenden aufgeführten:

ethische und jeder Form von sexueller Ausbeutung von Kindern und

Jugendlichen gegenüber konsistente innerbetriebliche Politiken zu entwickeln und sich so dazu zu verpflichten selbige im Image und der Philosophie des Unternehmens und/oder der Einrichtung zu festigen; die verschiedenen Segmente touristischer Betätigungen, welche sich am touristischen Ausgangsort und/oder in den Städten und Regionen des entsprechenden Zielortes befinden, über die in diesem Kodex sowie in der heimatlichen Gesetzgebung enthaltenen, gleichkommenden Bestimmungen zu informieren, sensibilisieren und orientieren, sowie dauerhaft gegen jeglichen Akt vorzugehen, welcher die sexuelle Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen charakterisiert, indem die verdächtigen Fakten und Handlungen, sowie eventuell darin verwickelte Personen, an deren Vorgesetzte sowie die öffentlichen Autoritäten weitergeleitet werden;

in den existenten Verträgen der verschiedenen Segmente von Hotel, öffentlichen Lokalen, Agenturen und weiteren auf die Dienstleistungsbereiche der Tourismusbranche, oder in jeder Art mit ihr verbundenen, Klauseln zu stabilisieren, welche klar und deutlich die Zurückweisung der sexuellen Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen ausdrücken;

jegliche Art von Werbung zurückzuweisen, in welcher die sexuelle Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen kommerziell stimuliert wird.

KAPITEL IV

Zur dauerhaften und wesentlichsten Praktik gegen sexuelle Ausbeutung

Artikel zehn: Jeder, von welchem dieser Verhaltenskodex angenommen wird, verpflichtet sich dazu seine Arbeitnehmer und/oder Teilhafter anhand von Lehrgängen, Kursen und Vorträgen über all das zu informieren, was sich für den Verhaltenskodex als relevant erweist.

Artikel elf: Die Verantwortlichen für öffentliche Lokale haben mit besonderer Sorgfalt in ihren geschäftlichen Relationen zu den verschiedenen Segmenten der touristischen Aktivitäten darauf zu achten nicht bewusst oder unbewusst Personen oder Unternehmen zu begünstigen, welche in der Anwerbung und sexuellen Missbrauch von Kindern und Jugendlichen verwickelt sind.

Artikel zwölf: Bei der Ausarbeitung der Verträge wird stipuliert, dass die Niederlassung in der ihr als am geeignetsten erscheinenden Weise bekannt gibt, dass sie sich aktiv am Schutz des Kindes beteiligt und sexuelle Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen eine Straftat darstellt und Grund dafür ist, weshalb sexueller Kontakt mit Kindern und Jugendlichen in deren

Einrichtungen nicht geduldet wird.

Artikel dreizehn: Jede private und öffentlich-rechtliche Person, welche diesem Kodex beigetreten ist, steht ihrer Kundschaft gegenüber stets zur Verbreitung von selbigem sowie der Verbreitung ihrer Ideale hinsichtlich ihrer Zurückweisung von sexueller Ausbeutung von Kindern und Jugendlichen bereit. Dies erfolgt durch Plakate, Faltblätter, Fahr- und Eintrittskarten, Sites im Internet sowie weitere Formen der Veröffentlichung.

Artikel vierzehn: Das Modell der Anzeigen sowie der weiteren Formen der Veröffentlichung bleibt dem beigetretenen Unternehmen überlassen, wobei jedoch die Befolgung der hier proklamierten Prinzipien unerlässlich ist. Im weiteren muss aus dem veröffentlichten Material der Logotyp des Kodex hervorgehen.

KAPITEL V

Zu den abschließenden und einstweiligen Bestimmungen

Artikel fünfzehn: Jedes Unternehmen, Leistungsträger oder Person, welche dem vorliegenden Kodex beitrifft, hat der Entwicklung und der Anwendung eines Prozesses der Auswertung und Überwachung der Zielstellungen dieses Instrumentes offen und hilfsbereit gegenüberzustehen, indem es immer, wenn erforderlich, dessen ständige Aktualisierung und Anwendbarkeit unterstützt.

Artikel sechzehn: Der Ausschuss wird innerhalb von 30 Tagen nach seiner Verabschiedung eingerichtet, wobei selbiger einen Zeitraum von bis zu 60 Tagen hat um das interne Regiment zu verabschieden, welches dessen Tätigkeit und Organisation regeln wird.

Artikel siebzehn: Der Untersuchungsausschuss ist dazu ermächtigt sein Regiment auszuarbeiten und unter Auslassung und Veränderung von selbigem in der hier regulierten Form vorzugehen.

Artikel achtzehn: Die Ausarbeitung eines Konzeptes sowie die endgültige Abfassung dieses Kodexes, für die entsprechenden, sich als erforderlich, erweisenden Zuführungen bis hin zur Einrichtung des dauernden Überwachungsausschusses verantwortlich, bleibt der Kommission überlassen.

Artikel neunzehn: Dieser Kodex tritt ab seiner Verabschiedung und dem entsprechende Register im Gericht dieses Gerichtsbezirkes von Natal in Kraft.

Natal/RN, am 30. August 2001.

PRÉAMBULE

Le Rio Grande do Norte figure parmi les États brésiliens où le tourisme croît davantage. Cette croissance représente un développement pour l'économie de l'État dans la mesure où elle crée des emplois et des revenus pour la population. Cependant, les organisations gouvernementales et non gouvernementales se préoccupent quant à la protection des enfants et des adolescents exploités sexuellement en conséquence de l'irresponsabilité sociale de quelques secteurs de l'industrie du tourisme. Cette préoccupation apparaît aujourd'hui à l'ordre du jour de tous les débats nationaux et internationaux concernant le domaine du tourisme. Par conséquent, les Nations Unies ont stimulé et favorisé l'élaboration de conventions, de pactes et d'accords internationaux, tels que le Code de conduite mondial d'éthique en tourisme; la Convention relative aux droits de l'enfant, adoptée par l'Assemblée Générale des Nations Unies; la Déclaration et le Plan d'action du Congrès mondial sur l'exploitation sexuelle commerciale des enfants, réalisé à Stockholm; la Convention 182/90, de l'Organisation Internationale du Travail – OIT, qui statue sur les pires formes de travail infantile et leur condamnation énergique; et, dans le cas du Brésil, le Statut de l'enfant et de l'adolescent et le Plan national de combat à la violence sexuelle contre l'enfance et la jeunesse.

Le présent Code de conduite du tourisme contre l'exploitation sexuelle de l'enfance et de la jeunesse a été discuté et élaboré de manière participative par 160 (cent soixante) personnes représentantes de divers segments gouvernementaux et non gouvernementaux de la société du Rio Grande do Norte, réunies dans un séminaire réalisé entre les jours 20 et 30 août 2001 à Natal/RN. Celles-ci, prenant pour base les orientations qui résultent de toutes ces recommandations légales, ont délibéré le suivant:

CHAPITRE I

Des objectifs et de l'adhésion

Article premier. Le présent code est une déclaration formelle, de libre adhésion, destinée à orienter et régler la conduite éthique d'entreprises, de personnes et de services liés directement ou indirectement à l'industrie du tourisme, contre l'exploitation sexuelle d'enfants et d'adolescents.

Article second. Tous les principes de protection à l'enfant et à l'adolescent transcrits dans ce code sont en consonance avec la Constitution fédérale, le Statut de l'enfant et de l'adolescent et les autres conventions, pactes et traités internationaux signés et ratifiés par le Brésil, qui interdisent l'exploitation sexuelle d'enfants et d'adolescents.

Article troisième. Le pouvoir de coercition de ce code est moral. Par conséquent, il n'oblige que les entreprises, les personnes et les services qui sont d'accord avec ce document et qui ont adhéré à celui-ci.

Article quatrième. L'adhésion au code de conduite se fera auprès du Comité permanent de surveillance.

CHAPITRE II

Du Comité permanent de surveillance

Article cinquième. Soit créé, en vue de ce que dispose l'article quatrième, un Comité permanent de surveillance, composé de 12 (douze) membres, soit 6 (six) titulaires et 6 (six) suppléants, définis comme suit:

sont membres titulaires le Ministère public de l'état, la Coordination de droits de l'homme et de défense des minorités du Bureau d'état du travail, de la justice et de la citoyenneté (CODEM/SEJUC/RN), le Conseil d'état des droits de l'enfant et de l'adolescent (CONSEC/RN), le Bureau municipal de travail et d'assistance sociale de la mairie de Natal/RN (SEMTAS), la *Casa Renascer* et l'Université Potiguar (UNP);

sont membres suppléants le Bureau d'état du tourisme de Rio Grande do Norte (SETUR/RN), le Bureau spécial du commerce, de l'industrie et du tourisme de Natal/RN, la ONG *Canto Jovem*, le Mouvement national de

garçons et filles qui vivent dans la rue (MNMMR), la ONG *Terra e Mar* et la Fondation de l'état pour l'enfant et l'adolescent (FUNDAC/RN).

Paragraphe premier. La composition du Comité peut être altérée par décision de ses membres et selon la forme prévue dans le Règlement.

Paragraphe second. Les suppléants peuvent participer des réunions et y exercer le droit de vote seulement en l'absence du titulaire, par convocation faite par la Présidence, après avoir entendu les membres titulaires présents à la réunion.

Article sixième. Le Comité auquel l'article antérieur fait référence sera le gardien du livre original de ce code et des respectives signatures d'adhésion qui y seront inscrites, ainsi que du cadastre des entreprises, des personnes et des services qui auront souscrit les termes contractés ici.

Article septième. Il revient au Comité la surveillance de l'accomplissement correct des termes contractés dans ce code, de la part des entreprises, des personnes et des services qui auront adhéré à ce dernier.

Paragraphe unique. Le Comité devra promouvoir des campagnes de divulgation et de valorisation du code et des entreprises liées éthiquement à celui-ci.

Article huitième. Le Comité ne pourra admettre l'adhésion au présent code que des entreprises, des personnes et des services qui auront manifesté publiquement l'intention de respecter les normes de la citoyenneté et qui, principalement, se seront montrés contraires à toute exploitation sexuelle d'enfants et d'adolescents.

CHAPITRE III

De la conduite éthique contre l'exploitation sexuelle

Article neuvième. Avec l'acceptation du présent code de conduite, les entreprises, les personnes et les services liés à l'industrie du tourisme se compromettent de:

développer des politiques d'entreprise éthiques et solides contre toute forme d'exploitation sexuelle d'enfants et d'adolescents, en se

compromettant de les consolider dans l'image et dans la philosophie de l'entreprise et/ou de l'institution;

informer, sensibiliser et orienter les divers segments de l'activité touristique, situés à l'origine et/ou dans les villes et régions de destination touristique, à propos des termes établis dans ce code et dans la législation nationale corrélative, et agir en permanence contre tout acte qui caractérise une exploitation sexuelle d'enfant ou d'adolescent, en dénonçant les faits et actes suspects, ainsi que les possibles coupables, à leurs supérieurs hiérarchiques et aux autorités publiques;

inclure des clauses dans les contrats existants dans les divers segments d'hôtels, d'auberges, d'agences et d'autres prestations de services dans l'industrie du tourisme ou liées à celle-ci d'une manière ou d'une autre, en déclarant explicitement le rejet de toute forme d'exploitation sexuelle d'enfants et d'adolescents;

répudier toute publicité qui stimule l'exploitation sexuelle commerciale d'enfants et d'adolescents.

CHAPITRE IV

De la pratique permanente et essentielle contre l'exploitation sexuelle

Article dixième. Celui qui aura adhéré à ce code de conduite sera obligé de former des employés et/ou des associés au moyen d'entraînements, de cours et de conférences sur tout ce qui se rapporte au code de conduite.

Article onzième. Les responsables de l'hébergement doivent agir avec un zèle spécial dans leurs relations commerciales avec les divers segments de l'activité touristique pour que, consciemment ou inconsciemment, ils n'encouragent pas des personnes ou des entreprises coupables de séduction et d'abus sexuel d'enfants et d'adolescents.

Article douzième. Dans l'élaboration de contrats, il sera prévu que l'établissement rendra public, de la manière qui lui sera la plus convenable, qu'il s'engage activement dans la protection des enfants et que l'exploitation sexuelle d'enfants et d'adolescents est un crime, raison pour laquelle tout contact sexuel avec des enfants et des adolescents à l'intérieur de ses

bâtiments n'est pas toléré.

Article treizième. Toutes les personnes naturelles et juridiques qui auront adhéré à ce code seront toujours disponibles pour la divulgation auprès de leurs clients des idéaux de répulsion à l'exploitation sexuelle d'enfants et d'adolescents, au moyen d'affiches, de brochures, de catalogues, de passages, de pages Internet et d'autres formes de divulgation.

Article quatorzième. Le modèle des annonces et autres formes de divulgation sera choisi par l'entreprise qui adhère. Cependant, il est indispensable que les principes affirmés ici soient accomplis et que le logo du code figure sur les pièces publicitaires.

CHAPITRE V

Des dispositions finales et transitoires

Article quinzième. Chaque entreprise, service ou personne qui adhère au présent code doit être ouvert et disposé à collaborer, toutes les fois qu'on lui fera appel dans ce but, pour le développement et l'application d'un procédé d'évaluation et de surveillance des objectifs de cet instrument, de manière à favoriser son actualisation et son applicabilité permanentes.

Article seizième. Le Comité sera installé dans les 30 jours qui suivent la date de l'approbation du présent code, ayant un délai de 60 jours pour élaborer et approuver le Règlement interne qui réglera son fonctionnement et son organisation.

Article dix-septième. Le Comité de surveillance est autorisé à élaborer son règlement et à procéder en cas d'omission et d'altération du présent code, selon la forme qu'il aura disposé.

Article dix-huitième. La commission d'élaboration de la minute et de la rédaction finale de ce Code est responsable de prendre les mesures nécessaires jusqu'à l'installation du Comité permanent de surveillance.

Article dix-neuvième. Ce Code entrera en vigueur à partir de son approbation et de son registre respectif à la greffe du district de Natal.

Natal/RN, le 30 août 2001.

Comissão de elaboração da minuta e redação final:
Commission for the elaboration of the draft copy and final text:

DILMA FELIZARDO
Casa Renascer/Casa Renascer

TERTULIANO CABRAL PINHEIRO
CODEM/SEJUC-RN / OAB-RN 2430/CODEM/SEJUC-RN /
OAB-RN 2430

JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA
Universidade Potiguar-UNP/Potiguar University UNP

JOÃO ALVES DE CARVALHO BASTOS
Conselho Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente/
Children's Rights Council of the State

FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
SEMTAS/PMN/SEMTAS/PMN

PATRÍCIA CORDEIRO DE VASCONCELOS
Projeto Sentinela/SEMTAS/Sentinela Project/SEMTAS

